

São Paulo: Cr\$ 1 tri, para pagar

O Estado precisa de novos empréstimos nesse valor para pagar os compromissos deste ano. Mas o governo federal resiste em atender

Para poder honrar seus compromissos financeiros deste ano, o Estado de São Paulo terá ainda de negociar um teto adicional de endividamento de Cr\$ 1 trilhão com o governo federal. Foi o que afirmou ontem em Brasília o secretário da Fazenda paulista, João Sayad, depois de discutir com o diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luís Silveira Miranda, o problema da rolagem da dívida estadual.

Não obstante, o governo de São Paulo poderá concluir negociações para captar recursos externos no valor de US\$ 105,9 milhões com o aval do Tesouro sem contrapartida de fiança ou crédito.

Segundo Sayad, da mesma forma que o encontro de segunda-feira com o ministro do Planejamento, Delfim Neto, o contato com Silveira Miranda também não foi animador:

— O esforço para rolagem da dívida é no sentido de não causar problema ao setor privado. A rolagem não gera recursos, mas não pode consumir a receita tributária do Estado. O objetivo é muito simples e modesto: deixar a coisa em ordem. A situação dos credores e do Estado está desorganizada. Com dívidas em atraso, não se pode falar em planejamento. O Estado não reivindica recursos líquidos para novos investimentos. Apenas quer manter a pontualidade mínima e São Paulo não tem sequer condi-

ções de cumprir esse objetivo modesto.

Para este ano, até o momento, a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, autorizou o Estado de São Paulo a rolar US\$ 1 bilhão dos serviços da dívida externa estadual de US\$ 5 bilhões. Mas Sayad quer que a Sest permita a rolagem do total dos serviços da dívida, previstos em US\$ 1,5 bilhão para este ano:

— A questão é mais grave do que deixa parecer o pedido adicional de 50% sobre o valor aprovado. Além do limite de rolagem da dívida externa, São Paulo precisa rolar os empréstimos em moeda estrangeira contratados junto aos bancos nacionais, dentro das normas da Resolução 63. O teto de rolagem da 63 a ser examinado pelo Conselho Monetário Nacional, na próxima segunda-feira, de apenas 90% do principal da dívida, é inaceitável.

Em sua opinião, a Sest já está consciente de que o Estado não pode aceitar o teto proposto. Sayad argumentou que, no caso de São Paulo, os juros não incluídos na rolagem da 63 significam 50% do serviço da dívida exigível até o final deste ano e incluída a parcela em atraso deste 1983. Então, o pagamento de 10% do principal e mais os juros integrais significa que São Paulo deverá desembolsar 60% do serviço da dívida.

— E o Estado não tem como pagar US\$ 635 milhões, o que corresponde a Cr\$ 1 trilhão. É sonho de uma noite de verão. É impossível — ressaltou Sayad.

Aval da União

O governo de São Paulo poderá concluir negociações para captar recursos externos no montante de US\$ 105,9 milhões com aval do Tesouro Nacional, sem a necessidade de oferecer ao governo federal a contrapartida, exigida desde março, em fiança bancária ou crédito das cotas de fundos de participação.

Portaria interministerial assinada pelos ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Delfim Neto, concede esse mesmo benefício a operações de crédito externas específicas dos Estados do Rio Grande do Sul, no montante de US\$ 65 milhões; Mato Grosso, US\$ 42,2 milhões; Paraíba, US\$ 10 milhões, e Pará, US\$ 60 milhões.

Assim, São Paulo poderá fechar cinco operações externas com aval da União ainda sem a nova exigência: da Companhia de Força e Luz com o Chemical Bank, de US\$ 17,9 milhões; da Eletropaulo com o Toronto Dominion, de US\$ 1 milhão, e com o Banque NMB, de US\$ 30 milhões; da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A), de US\$ 20 milhões; e mais US\$ 37 milhões do governo de São Paulo junto ao Eu-robraz.

dívida.
às reivindicações paulistas.